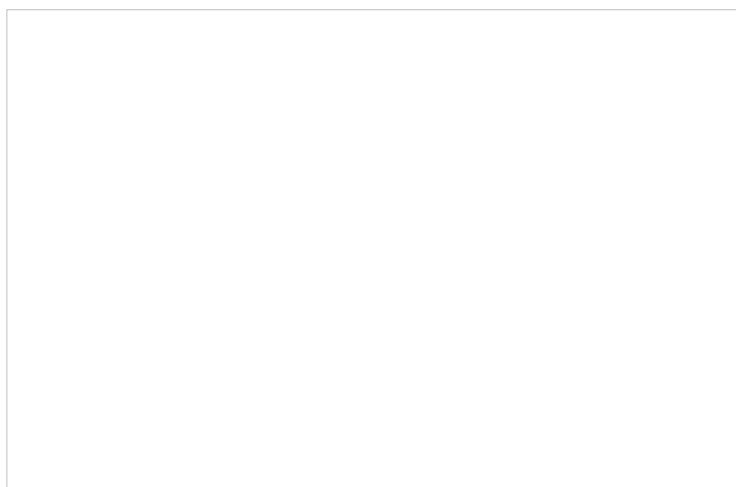


05/02/2019 10:15 - Ministro do Turismo de Bolsonaro criou esquema de candidaturas laranjas para desviar recursos na eleição



O ministro do Turismo, Marcelo Álvaro Antônio(PSL), deputado federal mais votado em Minas, patrocinou um esquema de candidaturas laranjas no estado que direcionou verbas públicas de campanha para empresas ligadas ao seu gabinete na Câmara.

Após indicação do PSL de Minas, presidido à época pelo próprio Álvaro Antônio, o comando nacional do partido do presidente Jair Bolsonaro repassou R\$ 279 mil a quatro candidatas. O valor representa o percentual mínimo exigido pela Justiça Eleitoral (30%) para destinação do fundo eleitoral a mulheres candidatas.

Apesar de figurar entre os 20 candidatos do PSL no país que mais receberam dinheiro público, essas quatro mulheres tiveram desempenho insignificante. Juntas, receberam pouco

mais de 2.000 votos, em um indicativo de candidaturas de fachada, em que há simulação de alguns atos reais de campanha, mas não empenho efetivo na busca de votos.

A Folha visitou as cidades de Ipatinga, Governador Valadares, Timóteo e Coronel Fabriciano, na região do Vale do Rio Doce, leste de Minas Gerais, e investigou as informações prestadas por elas à Justiça Eleitoral.

Dos R\$ 279 mil repassados pelo PSL, ao menos R\$ 85 mil foram parar oficialmente na conta de quatro empresas que são de assessores, parentes ou sócios de assessores do hoje ministro de Bolsonaro.

Esse é o caso, por exemplo, de Lilian Bernardino, candidata a deputada estadual em Governador Valadares. Ela é próxima a Haissander Souza de Paula, que foi assessor do gabinete parlamentar de Álvaro Antônio de dezembro de 2017 ao início deste ano, quando o deputado assumiu o Ministério do Turismo. Haissander hoje é secretário parlamentar do suplente de Álvaro Antônio na Câmara, Gustavo Mitre, do PHS.

Lilian recebeu da direção do PSL R\$ 65 mil de recursos públicos, declarou ter gasto todo esse valor e obteve apenas 196 votos. No mesmo dia ou poucos dias depois de ter recebido as verbas, ela repassou boa parte para quatro empresas que têm ligações com o ministro do Turismo.

Um total de R\$ 14,9 mil foi para duas empresas de comunicação de um irmão de Roberto Silva Soares, conhecido como Robertinho Soares, que foi assessor do gabinete de Álvaro Antônio e coordenou sua campanha no vale do Rio Doce. Outros R\$ 10 mil foram direcionados para uma gráfica de uma sócia do irmão de Robertinho.

Houve também pagamento de R\$ 11 mil à empresa de Mateus Von Rondon Martins, de Belo Horizonte, responsável pela divulgação do mandato de Álvaro Antônio e hoje assessor especial do Ministério do Turismo.

Lilian declarou gasto de R\$ 2.500 com o secretário do PSL em Ipatinga, Edmilson Luiz Alves, que, segundo o que informou a candidata à Justiça Eleitoral, fez atividades de militância e mobilização de rua para a campanha.

À Folha Edmilson, que coordenou o comitê de campanha do PSL na região, disse nunca ter visto a candidata.

“Em Valadares eu não acompanhei ninguém”, afirmou, dizendo que jamais assinou recibo eleitoral de serviços para Lilian. “Não, não conheço essa Lilian não. Nem o telefone dela eu tenho.”

Um dia após a Folha procurar ouvir os envolvidos, Edmilson ligou de novo dizendo ter se lembrado do trabalho. Segundo ele, sua tarefa consistiu em intermediar a contratação para Lilian de uma empresa de disparo de mensagens de WhatsApp.

Ele não soube explicar por que o nome dele, e não da suposta empresa, aparece na prestação. Também se comprometeu a passar o nome e o contato dessa empresa, mas não fez isso até a conclusão desta reportagem.

A Folha procurou Lilian por telefone e em endereços de Valadares em que teria morado, mas não conseguiu contato.

Outra candidata campeã de dinheiro do PSL, mas lanterna de votos, é Mila Fernandes. Teve 334 votos a deputada federal. Ela disse à

Justiça ter gasto os R\$ 72 mil que recebeu. Entre outros fornecedores, R\$ 4.900 para Mateus Von Rondon.

O hoje assessor especial do Turismo declarou serviços eleitorais a apenas essas quatro candidatas do PSL, além de outro postulante de Minas Gerais.

Por telefone, Mila disse à Folha que fez campanha, mas encerrou a ligação após ser questionada sobre quais atos eleitorais havia realizado. Por mensagem de texto, afirmou que só daria entrevista pessoalmente. A Folha se dispôs a ir onde ela indicasse, mas ela não respondeu mais.

A reportagem visitou as cidades de Timóteo e Coronel Fabriciano no dia seguinte em pelo menos três endereços que poderiam ser dela, mas não a encontrou.

A terceira candidata é Débora Gomes, a mais bem sucedida das quatro, tendo obtido 885 votos para deputada estadual.

Ela recebeu a Folha na garagem de casa, em uma rua do centro de Ipatinga. Afirmou que fez campanha com foco em familiares e amigos e que imprimiu e mandou distribuir material. Mas que não teve tempo para se dedicar às eleições porque é enfermeira particular e tem pacientes que não poderia abandonar.

Na garagem é visível um adesivo desbotado dela ao lado da foto de Bolsonaro. Débora também declarou ter feito seus principais gastos em firmas vinculadas ao hoje ministro —R\$ 30 mil nas empresas do irmão de Robertinho, R\$ 10 mil na da sócia deste e R\$ 7.600 para Mateus Von Rondon.

Débora disse que conheceu Von Rondon durante a campanha, negou que Álvaro Antônio ou assessores tenham direcionado seus gastos, mas não soube dizer qual serviço o assessor especial do ministro fez.

A quarta candidata é Naffali Tamar, que disputou uma cadeira na Câmara. Recebeu R\$ 70 mil e teve 669 votos. Ela declarou gasto de R\$ 9.000 com Von Rondon. A Folha não conseguiu localizá-la.

Além das quatro, uma quinta candidata do PSL de Minas, Cleuzenir Souza, recebeu do partido R\$ 60 mil de recursos públicos e obteve 2.097 votos. Ela não declarou gastos com nenhuma empresa vinculada ao ministro e, durante a campanha, registrou um boletim de ocorrência em que acusa dois assessores de Álvaro Antônio de cobrar dela a devolução de metade do valor —conforme noticiado em dezembro pela coluna Mônica Bergamo, na Folha.

Esses dois assessores teriam exigido isso como pagamento de material de campanha do partido que, segundo ela, não teria custado nem R\$ 5.000. A Folha a procurou em Governador Valadares, onde ela morava, mas familiares afirmaram que ela se mudou para Portugal logo após as eleições.

Marcelo Álvaro Antônio trocou o PR pelo PSL no início de 2018, seguindo Bolsonaro, de quem foi o coordenador de campanha em Minas.

Na esteira da onda que elegeu o presidente da República, conseguiu 230 mil votos e foi escolhido como um dos poucos integrantes da “cota política” do primeiro escalão do presidente da República. Em sua prestação de contas, ele não usa nenhuma das empresas mencionadas nesta reportagem.

Em suas redes sociais, Álvaro Antônio divulgou no início de 2018 vídeo ao lado de Bolsonaro e de Robertinho Soares, que também comanda o PSL em Ipatinga. Na ocasião, o então pré-candidato à Presidência pedia aos eleitores que se filiassem ao PSL de Minas para serem candidatos nas eleições.

O ministro Marcelo Álvaro Antônio afirmou, por meio da assessoria, que “a distribuição do fundo partidário do PSL de Minas Gerais cumpriu rigorosamente o que determina a lei” e que “refuta veementemente a suposição com base em premissas falsas de que houve simulação de campanha com laranjas no partido.”

A Folha encaminhou nove perguntas específicas para o ministro. Ele encaminhou uma resposta única.

“Fazer ilações sobre o valor gasto por qualquer candidato e a quantidade de votos que o mesmo conquistou é, no mínimo, subestimar a democracia e o poder de análise dos eleitores”, afirmou.

Segundo ele, a contratação de empresas é de responsabilidade de cada candidato. Sobre as suas, especificamente, que não são objeto desta reportagem, ele disse que “foram feitas de forma legal como comprova a aprovação da prestação de contas pela Justiça Eleitoral”.

O ministro não respondeu a perguntas como a de quais foram os critérios utilizados por ele para a escolha das candidatas e para o volume de recursos repassados e se houve direcionamento dele ou de assessores para que elas usassem suas verbas nas empresas vinculadas a seus assessores.

Von Rondon, hoje assessor especial do ministro do Turismo, disse que faz gestão de mídias sociais, geração de conteúdo, vídeos e peças gráficas para Álvaro Antônio e que trabalhou efetivamente para as quatro candidatas.

Segundo ele, com Débora, houve uma reunião de orientação em Belo Horizonte.

“O serviço foi prestado. Eu tenho os materiais para poder comprovar”, disse ele, que ficou de repassá-los, o que também não ocorreu até a conclusão desta reportagem.

No contato por telefone, ele afirmou em um primeiro momento que as quatro candidatas tiveram votação “relativamente expressiva”, na comparação recurso versus voto. A Folha relatou que a comparação mostra exatamente o inverso, mas ele não fez mais comentários sobre isso.

A reportagem tentou novamente contatá-lo em busca do material que ele havia prometido enviar, mas Von Rondon não atendeu mais.

A Folha falou brevemente por telefone com Robertinho Soares. Após a reportagem se identificar, ele desligou e não atendeu mais as diversas ligações feitas posteriormente.

Seu irmão Reginaldo Soares, dono da I9 Minas e da Imagem Comunicação, disse que prestou todo o serviço declarado pelas candidatas. Afirmou que fez a coordenação de comunicação, pesquisas e elaboração de peças visuais para uso na internet, além de anúncio no seu jornalzinho, que funcionava em uma loja de Ipatinga.

A Folha visitou o local, que está desocupado desde o fim do ano passado. “A gente presta serviço principalmente para as prefeituras, e o estado está quebrado. Nossos clientes estão bem escassos, então a gente acabou, por dívidas, desativando a sede até que tenha condições melhores.”

Ele negou que o dinheiro tenha sido usado para outro fim. “Tanto é que hoje em dia tem quem se envolve em dinheiro de corrupção tá super bem e com a vida tranquila. E não é o nosso caso, a gente trabalha pra sobreviver.”

Sócia sua em uma das empresas, Luzmar do Carmo diz que imprimiu material de campanha para as candidatas, mas não soube precisar a quantidade e os valores porque, afirmou, seus funcionários estavam de férias. A Folha não conseguiu localizar Haissander.

Fonte: Folha de São Paulo